

MENSAGEM Nº 39 /2023

Maceió, 24 de julho



Senhor Presidente.

Reporto-me a Vossa Excelência para comunicar que, nos termos do § 1º do art. 89 da Constituição Estadual, decidi vetar totalmente o Projeto de Lei nº 262/2023 que “*Dispõe sobre a escolha dos membros do Conselho Superior da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Alagoas.*”, pelas razões adiante aduzidas.

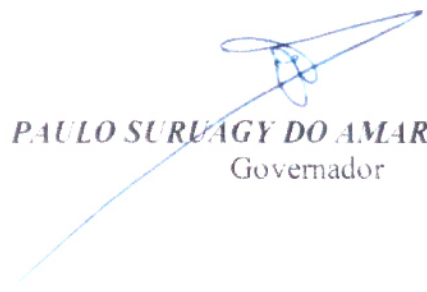
Razões do veto:

Apesar dos elevados propósitos de deliberação do Poder Legislativo, a sanção da proposta em análise não se apresenta possível no Projeto de Lei nº 262/2023, em razão de vício de inconstitucionalidade formal, como se observará pelas razões adiante descritas.

A supramencionada interferência viola o disposto no art. 86, § 1º, II, *b e e*, da Constituição de Alagoas (em disposição análoga àquela constante dos art. 61, § 1º, II, *b e e*, da Constituição Federal), o qual disciplina que são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre organização administrativa e sobre a criação, estruturação e atribuição das Secretarias de Estado e Órgãos da Administração Pública, Direta ou Autárquica e Fundacional Pública.

Deste modo, a disposição sobre a escolha dos membros do Conselho Superior da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Alagoas – FAPEAL, ou seja, estruturação e pessoal de fundação pública na estrutura do Poder Executivo Estadual, caracteriza a inconstitucionalidade formal do Projeto de Lei apresentado.

Essas, Senhor Presidente, são as razões que me levaram a **vetar totalmente** o Projeto de Lei nº 262/2023, por **inconstitucionalidade formal**, as quais submeto à apreciação dos Senhores Membros da Assembleia Legislativa do Estado de Alagoas.



PAULO SURUAGY DO AMARAL DANTAS
Governador

Excelentíssimo Senhor
Deputado MARCELO VICTOR CORREIA DOS SANTOS
Presidente da Assembleia Legislativa Estadual.
NESTA